

# SERIA A HILEIA UMA ARENA DE BAIXO CUSTO NA LÓGICA DE PODER DA GUERRA FRIA? O CASO DOS GRANDES LAGOS AMAZÔNICOS (1964-1968)

*WOULD BE THE HILEIA A LOW COST ARENA ON THE COLD WAR'S LOGIC OF POWER? THE CASE OF THE AMAZON GREAT LAKES (1964-1968)*

*¿SERÍA LA HILEIA UNA ARENA DE BAJO COSTO EN LA LÓGICA DE PODER DE LA GUERRA FRÍA? EL CASO DE LOS GRANDES LAGOS AMAZÓNICOS (1964-1968)*

Fábio Albergaria Queiroz<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa um episódio pouco explorado da história brasileira no contexto da Guerra Fria: a atuação do Instituto Hudson na América do Sul e a proposta de criação de um grande sistema lacustre na região. A partir da análise de resíduos documentais e literários pouco conhecidos do público, buscou-se identificar as relações do citado projeto com a agenda sistêmica bipolar e o papel do Brasil neste momento paradigmático da história contemporânea. As evidências apresentadas não permitiram concluir haver uma clara relação entre o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos e as dinâmicas da Guerra Fria, muito embora tenham demonstrado que tal empreendimento, se levado à cabo, poderia fazer da Hileia uma arena de baixo custo para a defesa dos interesses dos EUA no jogo de poder da Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Hileia; Brasil; Instituto Hudson; Guerra Fria.

**Abstract:** This article examines an underexplored episode of the Brazilian history in the context of the Cold War: the role of the Hudson Institute in South America and the proposal to create a large lacustrine system in the region. From the analysis of official documents and literary registers, some of them little known from the public, we attempted to identify the existence of a relationship between the aforementioned project and the bipolar systemic agenda and also the role of Brazil in this paradigmatic moment of the contemporary history. Evidences did not allow us to point out a clear relationship between the Amazon Great Lakes Project and the dynamics of the Cold War, even though they have shown that such an enterprise, if carried out, could make the Hileia a low cost arena for the defense of U.S. interests in the Cold War's game of power.

**Keywords:** Hileia; Brazil; Hudson Institute; Cold War.

---

<sup>1</sup> Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil, E-mail: [fabioaq@hotmail.com](mailto:fabioaq@hotmail.com)

**Resumen:** Este artículo examina un episodio poco explorado de la historia de Brasil en el contexto de la Guerra Fría: el papel del Instituto Hudson en América del Sur y la propuesta de crear un gran sistema lacustre en la región. A partir del análisis de documentos y residuos literarios poco conocidos del público, hemos intentado identificar las relaciones de ese proyecto con la agenda sistémica bipolar y el papel de Brasil en este paradigmático momento de la historia contemporánea. Las evidencias no han permitido identificarse una relación clara entre el Proyecto de los Grandes Lagos Amazónicos y la dinámica de la Guerra Fría, a pesar de que han demostrado que tal emprendimiento, si se lleva a cabo, podría hacer de la Híleia una arena de bajo costo para la defensa de los intereses de Estados Unidos en el juego de poder de la Guerra Fría.

**Palabras-clave:** Híleia; Brasil; Instituto Hudson; Guerra Fria.

## Introdução

Em 1835, após visitar os Estados Unidos, o historiador e sociólogo francês, Aléxis de Tocqueville, antevendo o que o futuro reservava ao país e à Rússia<sup>2</sup>, escreveu que “existem hoje sobre a terra dois grandes povos que, partindo de pontos diferentes, parecem avançar para o mesmo objetivo: são eles os russos e os anglo-americanos [...] cada um deles parece marcado pelo desejo dos céus para modificar os destinos da metade do globo” (TOCQUEVILLE, 1969; p.26).

Foi este cenário imaginado por Tocqueville que emoldurou a construção de uma ordem bipolar inédita no século XX, marcada pelo embate político-ideológico entre as duas superpotências pela manutenção e expansão de suas áreas de influência, em substituição ao desgastado sistema europeu de Estados e ao equilíbrio multipolar de poder. Era o prenúncio da Guerra Fria, nas palavras de GADDIS (2006), um prolongamento da Segunda Grande Guerra travado em diferentes níveis, de formas distintas, em múltiplos lugares por um tempo muito longo.

Entretanto, ainda que o terror nuclear tenha agido, paradoxalmente, como garante da paz e estabilidade ao ratificar um equilíbrio fundamentado na capacidade de dissuasão nuclear de americanos e soviéticos, a possibilidade de uma das partes empreender o temido *first strike*<sup>3</sup> não impediu que as superpotências buscassem em suas áreas de influência, utilizando-se aqui da tipologia adotada por STRANGE (1988; p.24-5), aumentar sua concentra-

---

<sup>2</sup> A nomenclatura União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) passou a ser utilizada para designar o conjunto formado por suas repúblicas constitutivas a partir de 30 de dezembro de 1922 durando até 26 de dezembro de 1991, quando o país se dissolveu oficialmente.

<sup>3</sup> O equilíbrio do terror não exigia paridade, mas a capacidade de resposta ao primeiro golpe (*first strike*) desferido pelo inimigo que buscava nesta iniciativa destruir ou, pelo menos, desestabilizar os dispositivos nucleares de seu rival (*counterforces strategy*) ao ponto de que não houvesse tal possibilidade de resposta. Se bem sucedida, a iniciativa do ataque decidiria a guerra.

ção de poder relacional e/ou estrutural.<sup>4</sup> Portanto, durante a Guerra Fria, tais espaços - dentre os quais a América Latina - tornaram-se “arenas de baixo custo” onde a rivalidade das superpotências e a defesa de seus interesses vitais apresentavam baixa probabilidade de incorrer em risco de uma guerra nuclear (CASTRO SANTOS, 2004; p.118).

Concomitantemente, neste mundo de contornos dialéticos, as Relações Internacionais (RI) experimentaram um período de profundos rearranjos estruturais no que diz respeito ao surgimento de novos atores na *scène mondiale*, fruto do processo de descolonização da Ásia e da África que resultou na criação de dezenas de novos Estados<sup>5</sup> que, ressalte-se, apesar de conquistada a independência política, permaneceram economicamente vulneráveis e dependentes. Sob a alcunha de Terceiro Mundo<sup>6</sup>, estes novos países, juntamente com a América Latina, ficaram marcados por carregar o pesado fardo de manter profundos vínculos de dependência econômica, ou com os países capitalistas desenvolvidos (Primeiro Mundo) ou com países socialistas de economia planificada (Segundo Mundo).

Cumprе salientar que embora estes Estados tivessem surgido em um contexto caracterizado pela rígida bipolarização da Guerra Fria, o conflito leste-oeste guardava pouca ou, por vezes, nenhuma relação com seus interesses e necessidades imediatas. Logo, estes países passaram a pleitear a construção de uma ‘terceira via’ de desenvolvimento, um pólo de poder autônomo não alinhado às superpotências, com base em uma plataforma original que contemplasse a nova realidade do sistema internacional e ratificasse a luta anticolonial.

Nesse sentido, a primeira iniciativa política deste grupo de países foi a realização de uma conferência que, em tese, reafirmasse sua postura anti-imperialista e o posicionamento de equidistância com EUA e URSS. A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em abril de 1955, propôs

---

<sup>4</sup> Segundo Susan Strange o poder relacional é entendido como a capacidade que tem os atores de constringer outros a agir segundo seus interesses por terem à sua disposição instrumentos e/ou recursos de poder coercitivos. Já no poder estrutural o que importa, mais do que o volume dos recursos de poder, é a capacidade que têm estes atores de moldar as estruturas (inclusive valores) dos processos decisórios internacionais e a agenda internacional. Estes conceitos retratam não apenas o peso do componente militar como fator constringedor, mas também de variáveis não tangíveis como os elementos ideológicos, retratando bem o quadro de disputa estabelecido durante a Guerra Fria.

<sup>5</sup> Iniciado em 1946, com a independência das Filipinas, o processo de descolonização do pós-Segunda Guerra Mundial atingiu seu ápice com a libertação das colônias portuguesas na África, concluída em meados da década de 1970 com as independências de Guiné-Bissau (10/09/1974), São Tomé e Príncipe (12/06/1975), Cabo Verde (05.07.1975), Angola (11/11/1975) e Moçambique (25/06/1975).

<sup>6</sup> Cunhado pelo historiador francês Alfred Sauvy, o termo Terceiro Mundo foi utilizado pela primeira vez em 1952, em artigo de sua autoria publicado no periódico *L'Observateur*, para designar o grupo de países em desenvolvimento situados fora dos dois blocos de poder da Guerra Fria.

uma nova forma de polarização colocando em lados opostos os países industrializados do norte e os países exportadores de matérias-primas do sul. Nesta concepção ideológica, a proposta de ação consistia em substituir o embate leste-oeste pela confrontação norte-sul.<sup>7</sup>

Assim, tendo como referência os fatos narrados e partindo-se da premissa de que a política externa de um Estado é, em geral, condicionada por uma interação contínua entre fatores internos e externos (PUTNAM, 1988), devemos levar em consideração que para a correta interpretação dos vetores que dão forma às relações internacionais torna-se tarefa indispensável o exame de duas dimensões distintas, porém complementares, quais sejam: as normas de funcionamento da ordem mundial em um dado momento e as modalidades específicas de inserção estatal nas dinâmicas de funcionamento deste sistema.

Logo, considerando, pois, como ponto de partida, a validade empírica desta premissa, este artigo apresenta como objetivo principal examinar o controverso caso do Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos. Capitaneada pelo Hudson Institute, a ideia de se criar um colossal sistema lacustre ligando o arco andino-amazônico ao Cone Sul do subcontinente, tornando-o totalmente navegável, foi apresentada durante a primeira Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento, promovida sob os auspícios do instituto norte-americano, entre os dias 16 e 19 de outubro de 1964. A partir de então, foram escritas as primeiras páginas de um capítulo da história brasileira ainda pouco explorado e, por vezes, relegado às notas de rodapé dos livros, o que, de forma alguma, significa que deva ser entendido como um acontecimento marginal. Dito isto, buscaremos, então, como objetivo específico, evidências que confirmem (ou contradigam) a percepção da Híleia<sup>8</sup> como uma “arena de baixo custo” na lógica das RI neste paradigmático momento da História.

Para tanto, escolheu-se como recorte temporal o período compreendido entre 1964 e 1968 por ser considerado, do ponto de vista da política exterior brasileira, emblemático quanto ao Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos e suas repercussões nas relações bilaterais com os Estados Unidos. Assim, a partir deste exercício ontológico (como os atores constroem o mundo e dão propósito a ele), buscar-se-á: 1) dimensionar como algumas

---

<sup>7</sup> Cabe salientar que as ideologias terceiro-mundistas eram por vezes vagas e ambíguas. A Conferência de Bandung, na verdade, reuniu países claramente alinhados com a URSS (China e Vietnã do Norte) e com os EUA (Japão e Vietnã do Sul) gerando profundas divergências político-ideológicas entre os participantes. Sobre Bandung o historiador Paul Johnson afirmou que “aquele era ainda um tempo de inocência, em que se acreditava confiantemente que o poder abstrato dos números, e mais, das palavras, iriam transformar o mundo” (JOHNSON, 1983; p.477).

<sup>8</sup> Híleia é o nome dado pelo naturalista alemão, Alexander von Humboldt (1769-1859), à grande floresta equatorial úmida que se estende dos Andes, pelo vale amazônico, até as Guianas.

decisões da política exterior brasileira foram tomadas com relação ao “Episódio Hudson”; 2) identificar limites explicativos de suas condicionantes domésticas e externas para, em seguida; 3) apontar se a Guerra Fria foi uma variável determinante neste processo ou apenas uma moldura para um cenário que se desenvolveu à margem da disputa bipolar por áreas de influência no intrincado jogo de poder da época.

## I - O Instituto Hudson e o sistema sul-americano de Grandes Lagos

O Instituto Hudson (IH) foi criado em 1961, em Croton-on-Hudson, Nova Iorque, por Herman Kahn, matemático, físico e proeminente estrategista nuclear que se notabilizou com a publicação de *‘On Thermonuclear War’* (1960), a primeira obra a analisar sistematicamente os possíveis efeitos de uma guerra nuclear e as prováveis opções disponíveis diante das várias circunstâncias que se apresentam em uma situação desta natureza.

Aproveitando a luz dos holofotes e sua projeção internacional, Kahn, “o pensador número um do átomo” (CABRAL, 1968; p.150), com o auxílio de Max Singer e Oscar Ruebhausen, lançou as bases do IH, originalmente concebido para ser uma organização de pesquisa para a promoção de estudos interdisciplinares sobre segurança e defesa dos EUA em intersecção com áreas tais como relações internacionais, economia, cultura, ciência e tecnologia. Nas palavras de Kahn, a missão do Instituto era “*to think about the future in unconventional ways, which generated several noteworthy accomplishments and reports*”.<sup>9</sup>

Como previamente dito, no Brasil o IH assumiu grande notoriedade na década de 1960 quando Herman Kahn e Robert Panero, este último representante do Instituto na Colômbia e no Brasil, tornaram público um projeto que, no mínimo, poderia ser adjetivado como colossal, mas que foi oficialmente apresentado à audiência, sem maiores alardes, como um “agente catalítico do desenvolvimento econômico e social da América do Sul” (PANERO, 1968; p.44): criar sete lagos artificiais que provesses condições de navegabilidade contínua em praticamente toda a extensão hidroviária sul-americana, além de vários outros benefícios secundários.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Cf. . Atualmente, a agenda de pesquisa do IH abarca uma amplitude de temas: fontes de energia, cultura e sociedade, democracia, relações sino-russas, América Latina, Oriente Médio, União Europeia, Leste Europeu, meio ambiente, políticas de comércio, mundo islâmico, diplomacia, religião, direitos humanos, dentre outros.

<sup>10</sup> Em 1952, o Brasil firmou um acordo militar de assistência mútua com os Estados Unidos. O documento previa, entre outras atividades, a cooperação estadunidense no levantamento topográfico e na elaboração de cartas aeronáuticas do território brasileiro. Não obstante a cláusula que proibia terminantemente o repasse do material obtido a outros países, indivíduos ou empresas (art.7, item 2), o governo norte-americano forneceu ao IH o inventário produzido que revelava a localização e extensão de possíveis jazidas minerais na Amazônia, fato este confirmado por um dos engenheiros envolvidos no projeto, o que comprova a estreita ligação

Para justificar as dimensões do projeto e a investida na Bacia Amazônica, PANERO e KAHN (1968; p.56) apresentaram uma tipologia por eles criada na qual as diferentes regiões e países eram alocados - de acordo com seu grau de desenvolvimento socioeconômico relativo - em três tipos de categorias: A, B ou C. Em suma, na categoria “A”, beneficiada por altos índices de investimento, encontravam-se as comunidades urbanas e industrializadas onde atuavam empresas comerciais e trabalhadores especializados. Nela havia uma classe dominante em expansão, sofisticada e com crescente interesse pela política, os chamados “técnicos intelectuais”. Estavam inseridos nesta categoria cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

A categoria “B”, integrada por sociedades modernizadas, mas de forte base agrícola, era, essencialmente, constituída por comunidades rurais marginalizadas que, por vezes, atraídos pelo sonho de uma vida melhor e pelas benesses da modernidade, buscavam irromper sua condição campesina por intermédio do êxodo para os grandes centros industriais. O nordeste brasileiro estava enquadrado neste agrupamento. Por fim, na categoria “C” encontravam-se aquelas áreas inexploradas economicamente e, muitas vezes, desconhecidas. Nelas havia pouquíssimo investimento em infraestrutura e o desenvolvimento, quando ocorria, era ocasional. A população nestas áreas era escassa e em certas localidades até inexistente. Dado o desinteresse da iniciativa privada e até mesmo dos governos locais, seu estilo de vida predominante era limitado pela ausência de oportunidades e compreendia apenas o essencial para a subsistência.

Assim, considerando tal distinção, na avaliação de PANERO e KAHN (1968; p.58-9) quase  $\frac{4}{5}$  da América do Sul encontravam-se alocados na categoria “C” sendo a maior parte dela constituída pela Bacia Amazônica, incluindo as áreas circundadas pelos seus maiores afluentes. Apesar de “inexplorada, desabitada economicamente, não utilizada e, na verdade, ignorada” (PANERO e KAHN, 1968; p.59), a Bacia Amazônica apresentava um enorme potencial de desenvolvimento e, nesta equação, o projeto dos Grandes Lagos seria o instrumento para viabilizá-lo ao praticamente conectar os principais centros industriais aos produtores de matérias-primas do subcontinente.

Portanto, sob a alegação de que historicamente “um dos grandes sonhos do continente sul-americano tem sido ligar os rios principais, por meio de canais” (PANERO, 1968; p.35), o projeto, tal qual apresentado, permitiria a conexão fluvial entre Belém e Manaus e vários países da América Andina até Buenos Aires. Segundo Panero, os Grandes Lagos artificiais serviriam de ligação entre as bacias dos rios, ao mesmo tempo em que melhorariam o

---

do Instituto, apesar de sua natureza privada, com Washington. O material, como esperado, foi amplamente utilizado na elaboração do projeto Grandes Lagos (CABRAL, 1968; p.152; CARVALHO, 2001; p.254).

potencial de navegação das próprias bacias. Além disso, eles proveriam um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento econômico local, como a produção de energia elétrica e o acesso às partes topograficamente mais altas da Amazônia (ricas em minério de ferro, estanho, manganês e ouro).

As imprecisões constantes no projeto, derivadas da utilização de dados inadequados que, entre outras falhas, ignoravam a presença de obstáculos topográficos naturais que fatalmente inviabilizariam a ideia,<sup>11</sup> não impediram a ampla divulgação do que seriam os sete grandes lagos, projetados para transformar a maior bacia hidrográfica do mundo em uma espécie de mar mediterrâneo amazônico. Estava lançada a ideia e, de acordo a proposta apresentada pelo IH, seriam estes os empreendimentos (PANERO, 1968; p.36-44):

**(01) O projeto do Chocó:** aproveitando a topografia predominantemente plana da região de Chocó, no nordeste da Colômbia, este amplo projeto previa, além de instituir um sistema de vias navegáveis em terras interiores, uma passagem de 402,5 km entre os oceanos Atlântico e Pacífico e a construção de uma hidrelétrica com capacidade inicial instalada de 2.000.000 kW. Em essência, seriam erigidas duas barragens baixas (cerca de 30 metros acima do nível do mar) formando dois lagos artificiais estreitos que, ligados entre si por um sistema de canais, tornar-se-iam, então, uma passagem interoceânica. Para tal, seria inundado um espaço de oito mil km<sup>2</sup> dando vida, assim, aos novos lagos que teriam uma superfície estimada de quarenta mil km<sup>2</sup> (equivalente à área da Holanda).<sup>12</sup> Segundo o relatório técnico do IH, uma das características mais interessantes do projeto de Chocó é que os lagos seriam criados em áreas de baixa densidade demográfica e pouco valor econômico.

**(02) O projeto do Caquetá:** este projeto previa o represamento do rio Caquetá, um afluente colombiano do Amazonas, criando, desta forma, um lago artificial com comprimento estimado entre 100 e 300 km, dependendo da altura da barragem (10 ou 30 metros). Além de ligar três zonas distintas: a floresta, as planícies e as encostas montanhosas, ele atuaria de forma complementar ao projeto de Chocó, ou seja, provendo os elementos necessários para viabilizar: uma passagem combinada interoceânica; a exploração hidrelétrica, não obstante ser o Caquetá um rio caracteristicamente plano; e a criação de um sistema de vias navegáveis interiores.

**(03) O projeto do Pimichim:** aqui a ideia consistia em criar um lago com aproximadamente 200 km de extensão vertical na região do Pimichim,

---

<sup>11</sup> Por exemplo, a omissão de quaisquer referências às cachoeiras que interrompem a navegação no rio Negro, na região de São Miguel, e no Madeira-Mamoré, no trecho compreendido entre Porto Velho e Guajará-Mirim.

<sup>12</sup> Projeto Hudson Institute 735-RR, de 1º de agosto de 1966.

fronteira da Colômbia com a Venezuela, a partir do represamento dos rios Atabapo e Guainia por meio da construção de duas barragens. Os custos financeiros seriam relativamente baixos, pois, além de ser a zona localizada entre o Atabapo e o Guainia favorecida por uma topografia plana, alagada e pantanosa, o que facilitaria o encontro entre os dois cursos fluviais represados, as barragens naturais existentes entre o Orenoco e o rio Negro também seriam aproveitadas. Segundo os argumentos apresentados, o projeto navegacional resultante de um lago assim criado constituiria uma excelente alternativa ao Canal de Casiquiare, uma via de comunicação natural já existente entre as Bacias do Amazonas e do Orenoco, favorecendo, então, além da Venezuela e Colômbia, o Brasil.

**(04) O projeto do Amazonas peruano:** No Peru, onde nascem os principais rios que formam a Bacia Amazônica, existem cursos fluviais que correm através de áreas permanentemente inundadas, planas e bem definidas, sobretudo naquelas regiões em que as altitudes são inferiores a 200 metros acima do nível do mar. Este é o caso da “garganta de Orellana”, local ideal para uma barragem baixa (de 1 a 10 km de largura) que poderia ser aproveitada para criar uma via navegável longa aproveitando o percurso do Ucayali até o Amazonas. Desenhava-se, assim, a idéia de se criar outro grande lago, desta vez abrindo as zonas altas das regiões orientais pouco exploradas de Peru e Brasil. Outra alternativa aventada seria criar um lago artificial ao longo do rio Napo, na fronteira entre o Peru e o Equador, por oferecer condições semelhantes e, portanto, adequadas ao desenvolvimento de vias navegáveis artificiais.

**(05) O projeto do leste boliviano:** fato referenciado por diversas vezes ao longo desse capítulo, a mediterraneidade boliviana levou o país a procurar, desde a derrota na Guerra do Pacífico, um escoadouro para o mar.<sup>13</sup> O Instituto Hudson, valendo-se desta situação, apresentou então um projeto de criação de lagos artificiais que, se levados a efeito, proveriam a Bolívia com a tão almejada saída para o oceano, o que seria feito por meio do represamento de alguns dos principais rios localizados no leste andino, como o Madre de Dios e o Beni, ligando, como resultado, a Bolívia ao Peru. Outra possibilidade seria represar o Mamoré e o Guaporé, na fronteira brasileiro-boliviana, por serem vias fluviais adequadas à construção de barragens baixas, o que permitiria a criação de um grande lago conectando as bacias dos dois rios e, conseqüentemente, provendo a Bolívia de uma costa inte-

---

<sup>13</sup> Quando o Chile venceu a coalizão formada por Bolívia e Peru na chamada Guerra do Pacífico (1879-1883), deflagrada após os desentendimentos provocados pelo aumento de taxas sobre as companhias chilenas que exploravam as minas de salitre do litoral boliviano, Santiago não hesitou em anexar territórios estratégicos dos dois derrotados, inclusive a saída para o mar da Bolívia ao subtrair-lhe a província de Antafogasta, problema político-diplomático que tem repercussões importantes até os dias atuais, mais de um século após esta que foi a segunda maior confrontação armada já ocorrida na América do Sul (só superada pela Guerra do Paraguai).



rior. Este projeto chama-nos a atenção, pois, além do que fora mencionado, como a Bacia do Guaporé-Mamoré deságua no Atlântico, seria formada uma via fluvial entre Buenos Aires e Belém através da Bolívia.<sup>14</sup>

**(06) O projeto do Grande Lago Amazônico:**<sup>15</sup> o Amazonas, maior e mais plano rio existente na face do planeta, aquele que possui a maior área de drenagem; a floresta tropical por ele cortada, pouco conhecida, um dos maiores desafios do mundo ao desenvolvimento econômico. Foi assim, destacando a grandiosidade deste cenário, seus velhos e conhecidos problemas e, também, seu potencial de desenvolvimento, que o IH apresentou o projeto para a construção de uma barragem na margem norte do Amazonas, nas cercanias de Monte Alegre (no Estado do Pará), onde então o rio seria represado a uma altura média de trinta metros acima do nível baixo de suas águas.<sup>16</sup> O enorme lago formado, ou mar interior, termo que melhor lhe descreve, ligaria o Brasil, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Paraguai e a Argentina pelo centro do subcontinente pressupondo, para tal, a inundação de nada menos do que 400.000 km<sup>2</sup>, o que certamente fazia desta a maior e mais desafiadora de todas as sete propostas de criação de lagos artificiais na América do Sul.<sup>17</sup>

O lago seguiria o curso dos rios Tapajós, Madeira e Negro se estendendo para além de Manaus formando, assim, algumas grandes ilhas e uma “nova costa”. Suplantados os percalços naturais identificados, como resultado as distâncias de navegação ficariam reduzidas; muitos dos rápidos

---

<sup>14</sup> A Bacia do Guaporé fica a apenas alguns poucos quilômetros da Bacia do rio Paraguai que, por sua vez, segue para o sul até desaguar em Buenos Aires.

<sup>15</sup> Paralelo ao projeto do IH, Eudes Prado Lopes, geólogo e geofísico da Petrobrás, desenvolveu um trabalho independente com relação à criação de um lago, ou mar interior, ao longo da própria corrente amazônica. Em abril de 1967, o IH, tomando conhecimento do trabalho de Prado Lopes, o convidou para integrar seu grupo de peritos e para participar das principais pesquisas sobre o sistema sul-americano de grandes lagos, em especial sobre o Lago Amazônico. Nos meses seguintes, os dois projetos foram unificados e transformados, então, no desenho teórico ora descrito.

<sup>16</sup> Um estudo gravimétrico (conjunto dos métodos e das técnicas empregados no exame e na medida do campo gravitacional) da Bacia Amazônica elaborado à época pela Petrobrás para avaliar a amplitude dos efeitos de um lago no médio Amazonas revelou, em seu prognóstico mais pessimista (para a cota acima de 50 metros acima do nível de suas águas) que, contrariamente às afirmações do IH, 40% de Manaus seria inundada enquanto a cidade de Itacoatiara desapareceria do mapa. Já na cota intermediária, acima de 40 metros, entre 5% e 10% de Manaus, Itacoatiara e Manacapuru seriam submersas. Portanto, para LOPES (1968; p.78), o grau de inundação dependeria de um estudo comparativo detalhado entre as vantagens de obter centenas de quilômetros de estradas líquidas permanentes, acrescidas de milhares de KW de potência, e as desvantagens da perda de edificações das cidades diretamente impactadas a fim de verificar se, realmente, a execução do projeto proporcionaria a transformação da infraestrutura econômica e social da Amazônia.

<sup>17</sup> A ideia foi inicialmente apresentada a Roberto de Oliveira Campos, então Ministro do Planejamento do Brasil, em Washington, em 08 de fevereiro de 1967 e, um mês depois, em 08 de março de 1967, no Rio de Janeiro, a um grupo de planejadores técnicos e especialistas de vários ministérios.

afluentes do Amazonas que impedem a passagem para o interior do Brasil seriam inundados permitindo o acesso, por navios de grande calado<sup>18</sup>, às terras interiores; toda a região do delta amazônico, de Monte Alegre a Belém, se tornaria uma área estável e de grande fertilidade agrícola; haveria uma significativa redução na quantidade de sedimentos despejados no Atlântico e um enorme potencial hidrelétrico a ser explorado.<sup>19</sup>

Portanto, conclui PANERO (1968; p.43), as vantagens obtidas pelos países diretamente implicados no projeto de inundar parte significativa da Amazônia compensariam os custos de sua execução na proporção de 20 para 01. Mais do que qualquer outra alternativa de desenvolvimento, o projeto dos Grandes Lagos, além do propósito precípua de abrir uma rota fluvial contínua de dimensões continentais, estimularia, como subprodutos, o comércio entre os complexos industriais de Buenos Aires, Montevidéu e São Paulo e os produtores de matéria-prima do Norte e do Oeste (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia); o surgimento de novas atividades produtivas em larga escala no campo energético, madeireiro e petrolífero; a maciça ocupação populacional das cercanias em torno destes novos centros comerciais e a exploração mineral em áreas até então inacessíveis.

No entanto, apesar destas colocações assertivas, o próprio Panero reconhece que as variações topográficas da região eram muitas e que, fosse ao nível do solo, fosse ao nível dos próprios rios, elas provavelmente passariam despercebidas, sobretudo devido à densidade e altura da vegetação. A única possibilidade de realmente vê-las seria sobrevoando os cursos dos rios a uma altitude apenas levemente superior à do topo da própria floresta para, então, munido de barômetro, inspecionar a pé os pontos mais altos. Por isso, não constitui tarefa difícil verificar que a incerteza e a imprecisão eram variáveis bem presentes no projeto dos Grandes Lagos, principalmente no caso do Lago Amazônico. Como esperado, as prováveis conseqüências de projetos desta envergadura geraram apreensões, sobretudo no Brasil, e provocaram, por conseguinte, muitas manifestações por parte de setores do alto escalão político, diplomático e militar, algumas delas analisadas a seguir.

## **2 - O Lago Amazônico e os movimentos de securitização**

Apesar de naquele momento não ser clara a exata vinculação entre a finalidade precípua do IH - segurança dos Estados Unidos - e a criação de um sistema integrado de grandes lagos na América do Sul, no calor das dis-

---

<sup>18</sup> Calado é a distância vertical entre a parte inferior da quilha (peça da estrutura da embarcação à qual se prendem todas as grandes peças verticais da ossada que estruturam o casco) e a linha de flutuação de uma embarcação.

<sup>19</sup> Se represado o Amazonas tal qual planejado, a trinta metros acima do nível normal, por exemplo, à altura de Santarém, o potencial hidrelétrico previsto seria da ordem de 100.000 MW, o equivalente a 1/4 da capacidade instalada dos Estados Unidos à época.

cussões sobre as motivações que o teriam levado a planejar uma ação direta na Bacia Amazônica, palavras como as proferidas pelo estadista prussiano Otto von Bismarck em que ele dizia que “recursos naturais nas mãos de nações que não os querem ou não os podem explorar, deixam de constituir bens e passam a ser ameaças aos povos que os possuem” (*apud* FREGAPANI, 2000; p.46) ressoavam, para muitos, com notável atualidade. E, com elas, cresciam os protestos que iam se solidificando como o corolário de vários movimentos de securitização subsequentes.

Se, pois, para este grupo ainda pairavam muitas dúvidas sobre os reais propósitos do IH, eram lícitas e normais as suspeições de que o projeto dos Grandes Lagos, de alguma forma, estivesse associado aos interesses norte-americanos. Pelo menos esta era a percepção externada por importantes vozes de oposição como Osório Nunes e Cosme Ferreira Filho, influentes amazonistas; Hermano Alves e Gastone Righi, deputados pelo MDB; Bernardo Cabral, líder do MDB na Câmara dos Deputados; e Arthur Cezar Ferreira Reis, então governador do Amazonas.

Têmia-se que a concepção deste sistema hidroviário, uma vez levado a cabo sob a direção exclusiva dos Estados Unidos ou de organismos internacionais, pudesse assumir feições supranacionais, tal qual se tentara fazer duas décadas antes com a ideia do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. Segundo REIS (1968; p.15-16), o interesse suspeito do Instituto Hudson e de outros organismos estrangeiros por áreas amazônicas constituíam motivo real de preocupação e, portanto, cabia ao Brasil empreender ações efetivas e urgentes no sentido de integrar a vasta bacia à dinâmica desenvolvimentista nacional, até mesmo como parte da política de segurança do país.

E, de fato, prossegue REIS (1968; p.14), a Bacia Amazônica tinha um grande papel a exercer na ascensão brasileira e nesta assertiva não havia ufanismo ou quixotismo. Os dados apontavam-na como “disponibilidade espacial, área de recursos naturais, vegetais e minerais, necessários aos parques industriais que o país vem montando, no interesse de sua prosperidade e de sua segurança”. Nesta mesma direção, em conferência intitulada “A Conquista e o Desenvolvimento da Amazônia”, as palavras proferidas pelo então Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, fizeram coro aos principais pontos levantados por Arthur Cezar Ferreira Reis. Para ele, estava bem clara a aceitação do princípio de que à política de segurança nacional era essencial o desenvolvimento ao assinalar que:

o Governo está na obrigação de considerar altamente prioritário o assunto da ocupação efetiva dos espaços vazios da Amazônia, que nenhum plano de ocupação terá validade se não contar com o apoio decisivo das Forças Armadas, em conjunto, mas que elas deverão compreender que se trata de uma operação de interesse econômico e social, segundo os conceitos de desenvolvimento. [...] O esvaziamento da Amazônia [...], de fato, implica no com-

prometimento da segurança nacional, pois os seus efeitos afetariam a própria Federação Brasileira, despertando cada vez mais a cobiça internacional para tão vasta área (RBPI, 1968; p.106).

Sinalizando a resultante para a qual se encaminhava a percepção dos principais formuladores e tomadores de decisões nacionais, assim como seu colega, o Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares, em entrevista coletiva concedida à imprensa em 20 de outubro de 1967 e publicada no jornal 'O Globo', no dia seguinte, declarou que "as nações do continente estão todas empenhadas, solidariamente, numa corrida desenvolvimentista, até mesmo como sábia política de segurança. E esse é o grande sentido das diretrizes traçadas pelo Governo Costa e Silva no caso particular do Brasil" (RBPI, 1968; p.109). Neste intento, construir as bases para uma (re)formulação da política de desenvolvimento e segurança para a Bacia Amazônica constituía uma das metas prioritárias.

Além de revelar a orientação determinante da política nacional de então - a inter-relação entre desenvolvimento e segurança - na avaliação de CABRAL (1968; p.149; 160) os vários discursos proferidos pelos Ministros de Costa e Silva eram uníssonos na afirmação de que na busca destes objetivos conjugados o projeto do Lago Amazônico não teria nenhuma participação, o que o levou a supor que a iniciativa do IH fora, então, tomada à revelia do governo brasileiro.

Essa inferência era confirmada por notícias como a publicada pelo Jornal do Comércio de Recife, em sua edição de 22 de dezembro de 1968, quando dizia que "exército apura quem deixou Hudson Institute planejar Lago Amazônico", um empreendimento tão amplo que, tal qual estampado na primeira página da edição de 06 de setembro de 1967 do Correio Brasileiro, mudaria a feição da Amazônia e o aspecto do continente.

Os protestos destas lideranças públicas não tardaram em surtir efeito. Tão logo soube das contundentes manifestações contrárias à atuação do IH na Bacia Amazônica brasileira, Robert Panero - muito apreensivo com as notícias que lhe chegavam de que o projeto do Lago Amazônico estava seriamente ameaçado e, com ele, todo o complexo sul-americano dos Grandes Lagos - deslocou-se imediatamente dos Estados Unidos para o Brasil para acompanhar pessoalmente o desenrolar do assunto. Note-se, também, que estas colocações provocaram igualmente a resposta daqueles que no Brasil demonstravam simpatia pelo projeto. Em uma das declarações mais polêmicas, Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e uma das pessoas com quem o IH mantinha estreitas relações, rotulou de "burrice" a intenção do Ministro Albuquerque Lima em ocupar a região com as forças armadas e que, o que os tranquilizava (a ele, Felisberto Camargo, e a Robert Panero) era que "felizmente havia homens na Marinha com muito mais credencial, mais linhagem e mais categoria intelectual do que o

Exército, o que permitiria, então, fazer-se o Lago Amazônico” (CABRAL, 1968; p.152).

O projeto de um Lago Amazônico também encontrou amparo no parlamento, apesar de minoritário. Um de seus defensores, o deputado Nosser Almeida (ARENA-AC), embora sem abordar questões pontuais atinentes ao projeto, na sessão parlamentar de 14 de junho de 1968, utilizando um tom mais moderado em seu discurso, não hesitou em defendê-lo perante seus pares ao afirmar que:

[...] a ideia suscitada pelo Instituto Hudson, objetivando a construção de um lago em território amazônico, ganhou feição polêmica e os mais desencontrados pontos de vista se levantam sobre o tema, que, na verdade, interessa aos setores de liderança no País. Percebo, a despeito, que há sectarismo na forma como a questão vem sendo conduzida. Trata-se de problema que não pode ser analisado em circunstâncias emocionais. Representante do Estado do Acre nesta Casa do Congresso, exatamente a região de que se cogita para a formação desse pequeno mar, entendo que o assunto é passível do mais sereno exame. Há, na questão, uma duplicidade de aspectos. Se o lago viria ocupar uma área vital em que o sociólogo levantasse a tese de que o sacrifício de considerável área (quadrada) - atualmente integrando imenso território ocioso - viria constituir gesto de desatenção ao fatalismo da proliferação humana, a considerar-se a expansão dos núcleos demográficos já populosos, concentrados em algumas áreas da terra, então seria desaconselhável a providência. Se a construção do lago vem consolidar a unidade nacional, facilitando ou criando válido sistema de comunicações na Hileia, ensejando inclusive a colonização mais racional da grande região sem que venha a caracterizar-se em atentado - salvo suposição de alcance remoto - ao espaço vital do país, então procede a iniciativa. Não podemos, na verdade, ceder às paixões de grupos que se radicalizam. Se há interesses estrangeiros, inconfessáveis, devemos combatê-los. Mas não podemos, às cegas, voltar-nos contra os nossos irmãos norte-americanos, enquadrando-os como eternos sabotadores de nossa grandeza, ou simples responsáveis por eventuais frustrações ou fracassos na História. Lembremo-nos de que integramos o Continente, e que o sistema defensivo da Bacia do Atlântico abrange a nossa Pátria. Leis e tratados nos incorporaram ao grupo ocidental, e nos impõem um comportamento de fidelidade aos sentimentos democráticos. Resguardada a soberania brasileira, não posso deixar de atender a imperativos inerentes à sobrevivência da dignidade ocidental. Ao Conselho de Segurança Nacional compete o exercício de permanente vigilância da nossa integridade geográfica. Também não podemos subestimar que o Instituto Hudson, sendo uma entidade científica, da qual o atual dirigente é um brasileiro, o Professor Felisberto Camargo, não deseja a alienação de nosso País.

As palavras de Nosser Almeida buscavam, de alguma forma, con-

trabalancear o impacto causado pelo pronunciamento de outro destacado opositor do projeto, o deputado Bernardo Cabral, que, em um emblemático discurso proferido no Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1968, fez coro aos protestos de Arthur Cezar Ferreira Reis e outros ao também denunciar as investidas do IH e solicitar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigá-lo.

Outros temas sensíveis aos interesses nacionais que, em alguma medida, encontravam-se vinculados ao projeto, foram igualmente abordados por Cabral como a compra de terras naquela região por norte-americanose a suposta complacência com o projeto por membros do governo brasileiro que, como dizia Arthur Reis, ironicamente tinham por base ideológica a segurança nacional. Neste último aspecto, quanto aos que simpatizavam com as investidas forâneas em domínios amazônicos, as críticas de Cabral foram duras, muitas delas carregadas em tom passional. Para ele:

[...] há por aí os chamados pragmáticos, os realistas, que mais poderíamos denominar os vendidos, os alugados, os que se deixaram corromper. [...] Esses que são, graças a Deus, em número escasso, mas dispõem dos recursos financeiros para a propaganda, para a divulgação de uma falsa ciência ou de uma cínica proposição de ideias e de fatos mentirosos, ou distorcidamente propostos, insultam os que vivem os problemas nacionais, desejando, para eles, as soluções que sirvam realmente ao Brasil, e não aos interesses dos países a que se alugaram, ou em cujo prato sujo comem diariamente, falsos brasileiros, mesmo que tenham ascendido a postos ministeriais ou chefiado serviços de responsabilidade nas áreas governamentais (REIS, 1968; p.13).

Quanto ao tema propriamente dito, em uma de suas ponderações mais incisivas CABRAL (1968, p.157-8) rebate as principais justificativas levantadas pelo IH em defesa do Lago Amazônico. Contrariando as previsões de Panero e Kahn, primeiramente ele contra-argumenta que a área a ser inundada seria transformada em um grande vazio demográfico. Como base de sua asserção, ele cita que as cidades diretamente impactadas como Itacoatiara, Parintins, Barreirinhas, Maués, Manacapuru, Tefé e Manaus, no estado do Amazonas, e Faro, Oriximiná, Obidos, Alenquer e Santarém, no Pará, correspondiam a mais da metade da região povoada da Amazônia Ocidental. Portanto, neste aspecto as suposições do IH eram desprovidas de fundamento.

Ademais, complementando este argumento, Cabral cita que o IH em nenhum momento considerou os imensos custos envolvidos com o transporte das populações deslocadas, sobretudo das comunidades indígenas e, tampouco, as vultosas indenizações a serem pagas pela desocupação, custos estes que em muito ultrapassariam o próprio valor de execução do projeto.

E quem os pagaria? Um grupo de investidores? Os Estados Unidos? Nas exatas palavras de CABRAL (1968, p.151), diante de tantas dúvidas, “quem faria chegar à mente de cada um que não haveria, além do que se pode supor, um termo de dependência para que se fizesse isso?”

Outro ponto controverso referia-se à inundação da área em que ficava localizada a maior jazida de sal-gema do mundo - cerca de 750 km de comprimento por 200 km de largura - o que equivalia a uma produ o estimada na ordem de 10 trilhões de toneladas de sal e derivados. Como compensa o para a perda, Felisberto Camargo, na condi o de porta-voz do IH, citou o potencial energético a ser gerado, cerca de 70 milhões de kW. E, da , adv m outra crítica de Cabral. A região, por suas características tão conhecidas, inclusive pelo IH (baixa concentra o populacional, industrial e agrícola), não seria capaz de absorver tamanha quantidade de energia. Além disso, seria igualmente impraticável, por exemplo, a constru o de uma extensa rede de mais de 5000 km de linhas de transmissão para que a energia produzida chegasse até os grandes centros urbano-industriais do país como São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, conclui o parlamentar amazonense, em termos econ micos a proposta era inviável.

Além da oposi o majoritária encampada por parlamentares, sobretudo do MDB, pelo alto escalão do Governo e pelas forças armadas (apesar das suspeitas levantadas após as controversas declara es de Camargo quanto   simpatia pelo projeto por parte de alguns setores da Marinha), cumpre-nos, por fim, verificar a atua o do Ministério das Rela es Exteriores neste episódio.

Ator protagonista na resistência ao empreendimento do Lago Amazônico, o Itamaraty, em 15 de setembro de 1967, enviou três diplomatas   sede do IH a fim de recolher informa es que permitissem avaliar, com maior precisão, as implica es do projeto dos grandes lagos sul-americanos para os interesses nacionais. Desse contato, resultou um minucioso relatório que, apenas três dias depois, foi encaminhado em caráter de urgência ao Presidente da República com várias sugestões acautelatórias - algumas delas analisadas a seguir - baseadas nas inconsistências identificadas no projeto (CABRAL, 1968; p.149-50).

Primeiramente, o relatório tece uma série de considera es de natureza geral acerca do IH chamando a aten o para um fato relevante neste contexto e, aqui, já referenciado: sua liga o com o governo norte-americano, observa o esta depreendida dos indícios de que mais de 85% de seu orçamento provinha de contratos com agências oficiais, especialmente com o Departamento de Defesa. Daí o questionamento levantado pela comissão investigadora: o que teria levado o IH a orientar suas a es, no sentido de uma ocupa o efetiva da região amazônica?

Uma das hipóteses aventadas no relatório como resposta a tal inda-

gação era de que, na lógica da disputa bipolar, a preocupação estratégico-militar dos EUA com um sistema regional integrado de vias de acesso ao Panamá e à costa ocidental da América do Sul poderia ser sanada com a criação de hidrovias que conduzissem ao Amazonas através do rio Negro e do Orenoco (RBPI, 1968; p.140). E, na busca deste propósito, prossegue o diagnóstico, os EUA não estariam sozinhos. Quanto ao cenário projetado para o entorno amazônico andino, as informações transcritas no documento apontavam a Colômbia, o Peru e a Bolívia claramente propensos à ideia já tendo, inclusive, constituído comitês nacionais para apreciar o mérito dos projetos situados em seus respectivos territórios por oferecerem, à primeira vista, muitos atrativos e poucos inconvenientes.

Destes, a Colômbia era quem demonstrava maior interesse. O empreendimento representava a oportunidade de deslocar para seu território parte do tráfego marítimo interoceânico, então conduzido exclusivamente pelo Canal de Panamá. Por isso, o incentivo de Bogotá aos levantamentos preliminares realizados na região do Chocó. Diante desta situação, os autores do relatório advertiram que a omissão do Itamaraty nesta fase do projeto, ainda que no nascedouro, equivaleria a permitir que governos outros, como os da Colômbia e Peru, ou os aspectos mais gerais referentes à agenda de segurança dos EUA, viessem perigosamente orientar a elaboração dos estudos em detrimento dos interesses brasileiros. Por outro lado, apontaram também que o projeto poderia oferecer o efeito benéfico de despertar a América do Sul para a potencialidade hidroviária da Bacia Amazônica.

Considerando, então, os fatos narrados, quanto ao quadro geral acima descrito sugeriu-se como medidas emergenciais a serem tomadas pelo Brasil: a) uma investigação detalhada conduzida pela chancelaria e pelos serviços de informação sobre a real extensão dos vínculos entre o IH e Washington, principalmente com o Departamento de Estado e de Defesa; b) levantamento pelas embaixadas em Bogotá, Lima, Quito e La Paz dos contatos feitos entre o IH e os governos locais; c) definição de um plano hidroviário que contemplasse a Bacia Amazônica sob o ângulo dos interesses nacionais; e d) designação de técnicos especializados no assunto para acompanhar os trabalhos desenvolvidos no IH (RBPI, 1968; p.141).

Por fim, a última parte do relatório dedicou especial atenção ao projeto do Grande Lago do Amazonas por ser, logicamente, aquele que sobremodo afetaria ao Brasil. De acordo com a avaliação apresentada, as premissas em que se baseava o IH para justificá-lo foram consideradas insustentáveis. A primeira e mais importante delas, a de que as terras baixas da Amazônia eram inaproveitáveis e, portanto, passíveis de serem inundadas sem maiores problemas, foi prontamente rechaçada já que estes solos estavam sujeitos a um processo contínuo de colmatagem e, por isso, contrariamente à afirmação do IH, constituíam as melhores áreas para a produção agrícola. Desta



forma, limitada a capacidade de fertilização do vale amazônico e alterado o ciclo natural das cheias, além dos prejuízos sensíveis à fauna e flora da Hileia, concomitantemente haveria o comprometimento substancial de importantes atividades como o cultivo de juta e borracha, uma das poucas que ainda ofereciam algum sustento à débil economia da Amazônia (RBPI, 1968; p.147).

Quanto à argumentação de que a navegabilidade dos rios da região, incluindo o Amazonas e seus afluentes, seria notavelmente melhorada com o sistema de represamento, o relatório contra-argumenta que, após a inundação, de fato seriam constituídas extensas áreas alagadas, entretanto, com reduzida profundidade e pouco mais largas que os atuais leitos dos rios. Isso quando a navegação não fosse prejudicada ou totalmente inviabilizada pela vegetação submersa (que somente a um custo muito oneroso poderia ser eliminada) e/ou pelos empecilhos localizados na faixa de transição entre a planície amazônica e o planalto central brasileiro, como cachoeiras e corredeiras.

Em suma, o relatório concluiu ser o projeto um grande inconveniente afirmando que “de todo o esquema do grande lago do Amazonas, pairava mal disfarçada a ideia de uma internacionalização da Amazônia” (RBPI, 1968; p.147). Portanto, em meio à polêmica causada pelo projeto do IH, ante a protestos e manifestações de apoio acabou prevalecendo a corrente que apresentara a integridade territorial como um objeto referente ameaçado pela ideia de se constituir um sistema integrado de grandes lagos na América do Sul.

Como resultado, em 1968 a Escola Superior de Guerra publicou um estudo especial estabelecendo as diretrizes de uma política de segurança para a região amazônica que contemplava desde melhorias nos meios de transporte e comunicações até o desenvolvimento de núcleos populacionais nos trechos de fronteira destacando, mais uma vez, a inter-relação entre segurança e desenvolvimento. Para tal, propôs como alternativas a serem consideradas: a) a instituição da ‘Operação Amazônia’ para atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico; b) a criação de zonas francas na região com o objetivo de estimular a industrialização; c) regulamentação para a concessão de isenções fiscais e outros estímulos a investimentos destinados ao desenvolvimento da Amazônia.

Neste mesmo ano também foi criado o Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia para supervisionar pesquisas referentes ao aproveitamento de seu potencial hidrelétrico. Com estas medidas reativas constituía-se, tal qual recomendado pelo relatório da missão diplomática enviada ao IH, um plano para a Bacia Amazônica sob o ângulo dos interesses nacionais pondo-se fim, por conseguinte, a qualquer possibilidade

de constituição do Lago Amazônico e, conseqüentemente, do projeto dos Grandes Lagos.

### **Considerações finais**

O Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, tal qual uma alegoria abstrata, à primeira vista parece ser algo mais presente nos registros memoriais daqueles que, em alguma medida, tiveram participação no desdobramento do evento do que um acontecimento com contornos palpáveis, por assim dizer, provido de documentos oficiais que corroborem plenamente a veracidade dos fatos narrados. E é exatamente aqui que reside uma grande dificuldade encontrada na investigação empreendida ao longo destas páginas: contar com o referendo de fontes primárias. Majoritariamente, as narrativas sobre o Instituto Hudson e o projeto lacustre sul-americano encontram-se dispersos em periódicos de época e em alguns poucos trabalhos literários, nada mais do que isso. Tampouco o Instituto Hudson oferece ao público tais registros, apesar de continuar ativo como um importante *think tank*.

Logo, as inferências apresentadas a seguir não são construções puramente objetivas, baseadas na materialidade de fatos, mas, também, conjecturas, por vezes deduzidas com um grau de subjetividade maior do que comumente se vê no processo de avaliação científica. Contudo, apesar dos riscos inerentes à metodologia utilizada, como a construção de argumentos excessivamente teleológicos, por assim dizer, que acriticamente relacionem um fato com sua causa final, tal recurso tornou-se necessário considerando a já citada exiguidade de fontes capazes de subsidiar as inferências com dados precisos e que apontem para proposições definitivas. Feitas as devidas ressalvas vamos, então, às conclusões.

Primeiramente, quanto às variáveis observadas no nível sistêmico de análise, apesar de os fatos apresentados sugerirem haver uma ligação entre o Instituto Hudson e a agenda norte-americana de segurança, eles, por si só, não são claros o suficiente quanto à extensão e aos limites desta inter-relação. Exíguas também são as evidências que liguem o Projeto dos Grandes Lagos às dinâmicas da Guerra Fria, muito embora esteja implícito que tal empreendimento poderia fazer da Híleia - em termos de logística e acesso a recursos naturais importantes - uma inegável arena de baixo custo no que tange à defesa dos interesses dos EUA no jogo de poder da Guerra Fria. Contudo, ressalte-se, como um processo marginal, e não como uma dinâmica primária da disputa bipolar.

A análise do cenário doméstico também aponta para variáveis importantes que nos ajudam a entender os desdobramentos do episódio em questão. O regime militar, ao longo de duas décadas, apresentou clivagens claramente perceptíveis quanto à visão do Brasil em relação à Guerra Fria e ao

papel do país na agenda sistêmica global. Destacadamente o pivô do recorte temporal selecionado para este estudo, o governo Costa e Silva (1967-9) testemunhou o nascimento da proposta de criação dos Lagos Amazônicos em um momento em que a aliança especial com os Estados Unidos - tão vívida na administração de seu antecessor, Castelo Branco (1964-7) - deixou de constituir o principal eixo orientador da política externa brasileira.

Por conseguinte, o alinhamento automático com a superpotência ocidental cedeu, progressivamente, espaço para a busca de novas alianças políticas que possibilitassem ao Brasil alavancar seu desenvolvimento reforçando, assim, a percepção de que havia uma crescente divergência entre os interesses nacionais e os objetivos da política externa norte-americana. Em outras palavras, ao relegar as fronteiras ideológicas da divisão Leste-Oeste para um plano secundário, o Brasil se aproximou das premissas de Bandung, erigidas na emergência de uma percepção da importância do eixo Norte/Sul, notadamente marcada por uma conotação de ordem político-econômica, o que nos leva a indagar se o desfecho do caso das Lagos Amazônicos poderia ter sido outro uma vez mantidas as relações especiais com os EUA como uma prioridade da política externa brasileira.

Diante dos fatos - sejam eles concretos ou conjecturais - quanto ao “episódio Hudson” os argumentos apresentados mostraram que o Brasil atuou como a principal voz de oposição ao alvitrado projeto (apesar de internamente haver importantes vozes de apoio a ele) enquanto Colômbia, Peru e Bolívia, contrariamente, demonstravam simpatia pela ideia já que, uma vez consumada, lhes ofereceria muitos benefícios e, comparativamente, poucos inconvenientes. Por fim, acabou prevalecendo a posição brasileira com a destacada atuação do parlamento (sobretudo da bancada do MDB), das Forças Armadas, do Ministério do Interior e do Ministério das Relações Exteriores, os principais protagonistas no episódio.

Paralelamente, nesse contexto, o tema da segurança passou a ser visto como algo indissociável do projeto nacional de desenvolvimento em uma complexa equação que tinha como um de seus elementos-chave o desenvolvimento e a reafirmação da soberania não apenas do Brasil, mas dos demais países amazônicos, sobre a Hileia, este espaço estratégico historicamente marcado por contatos esparsos e irregulares entre vizinhos.

## Referências

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CABRAL, Bernardo. O Grande Lago Amazônico e o Hudson Institute. Discurso do Deputado Federal, Bernardo Cabral, proferido no Grande Expediente, na qualidade de líder do MDB, na Sessão Ordinária do dia 12 de

fevereiro de 1968 da Câmara dos Deputados em Brasília. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, Mar./Jun. 1968, p.148-165.

CAMARGO, Felisberto E. Recursos naturais e humanos da Amazônia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, p.84-100, Mar./Jun. 1968.

CARVALHO, Leonardo Arquimino de. Internacionalização da Amazônia Legal? Aspectos político-históricos e neo-colonialismo expropriatório. **Cena Internacional**. Brasília: IREL, 3(2), 2001, p.247-268.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.19, n.º 54, 2004, p.115-129.

FREGAPANI, Gelio. **A Amazônia: a grande cobiça internacional**. Brasília: Thesaurus, 2000.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

JOHNSON, Paul. **A History of the Modern World: From 1917 to the 1980's**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1983.

LOPES, Eudes Prado. Uma solução global para os problemas amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, p.73-83, Mar./Jun. 1968.

PANERO, Robert. Um Sistema Sul-Americano de Grandes Lagos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.41-42, p.33-50, Mar. /Jun. 1968.

PANERO, Robert; KAHN, Herman. Novo enfoque sobre a Amazônia. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.41-42, p.51-64, Mar. /Jun. 1968.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-level Games. **International Organization**, 42(3), 1988, p.427-460.

**RBPI - REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL**. Ano XI, n.º 41/42, Mar./Jun. 1968, 219 p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Porque a Amazônia deve ser brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano XI, n.º 41/42, p.7-16, Mar./Jun. 1968.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

STRANGE, Susan. **States and markets: an introduction to international**

**political economy.** New York: Basil Backwell, 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América.** São Paulo: Edusp, 1969.

*Artigo recebido em 12-06-2014, revisado em 30-08-2014 e accito para publicação em 10-09-2014.*